

António Vasconcelos de Saldanha

# OS DE RIBAFRIA

Alcaides-Mores da Vila de Sintra



ASSOCIAÇÃO DE DEFESA  
DO PATRIMÓNIO DE SINTRA

**1982**

# **OS DE RIBAFRIA**

**Alcaides-Mores da Vila de Sintra**

OS DE RIBAFRIA  
ALCAIDES-MORES DA VILA DE SINTRA

Por

António Vasconcelos de Saldanha

«*A mais mimoza Villa dos Reys de Portugal*» chamou a Sintra João de Medeiros Correia, o panegirista seiscentista do grande André de Albuquerque Ribafria, herói das guerras da Restauração e 4.º Alcaide-Mor daquela vila na sua Família (1).

Foi-o como o foram seus ascendentes e o seriam seus sucessores os Saldanha de Castro Ribafria, desde a primeira metade do século XVI até à data da extinção das alcaidarias, em 1846, e também, em paralelo, os maiores senhores da mesma terra por posterior herança e incorporação das casas do Vice-Rei D. João de Castro e dos Condes de Penamacor.

A Capela da Penhalonga e o Convento dos Capuchos, de que foram padroeiros hereditários, as Casas e Quintas de Ribafria e da Penhaverde, que tudo possuíram na vila e seu termo, as próprias armas familiares que inspiraram as do actual município, são as cadeias históricas que, independentemente das posses hoje perdidas, lhes vinculam para sempre o nome e a memória à terra de Sintra.

Mastudo são histórias longas que não cabem nestas breves páginas que dedicámos à memória dos primeiros Ribafrias. Falar deles pressupõem sempre falar da terra donde provieram e viveram, e que governaram naquela ligação profunda que continua a escapar aos frios estudiosos da terratenência portuguesa, a tradicional ligação de empenho e amor no governo da terra possuída e das gentes dependentes, e a nítida afectividade que de tudo dimana, alcançando o gesto de D. João de Castro, trocando as riquezas do Oriente por um pedaço de chão na Serra de Sintra, «*terra onde meu Pay e avoos se cryarão*», ao profundo simbolismo do mando póstumo de António de Saldanha Castro e Ribafria, Governador de Angola alguns séculos depois, que, morto longe, faz enterrar o coração no mesmo chão da mesma Serra.

\*

São obscuras as origens da família Ribafria. A leitura atenta da, felizmente numerosa, documentação quatrocentista e quinhentista das instituições civis e religiosas da Vila de Sintra, existente quer no Município quer no Arquivo Nacional, permitirão, decerto, ao interessado, estabelecer com maior segurança o pouco que se sabe sobre os primórdios da geração dos Alcaides de Sintra.

Luís Gonçalves e sua mulher Catarina Gonçalves são os patriarcas: personagens vagas de quem só se sabe terem nascido possivelmente nos finais do séc. XIV ou princípios do de XV. Muitos anos passados surge-nos Duarte Fernandes, homem que vive na metade final do séc. XV, vigário da Igreja de S. Martinho de Sintra, e que vem a fazer o seu testamento no ano de 1535. Está enterrado na Capela-Mor da mesma igreja, sob uma grande campa onde se podia ler parte do epitáfio:

«...duarte frz vvg. q foy/ desta ygreia e mãda q/ se não lãce nyngem nela/.» (2)

Era este Duarte Fernandes irmão de Gaspar Gonçalves ou de sua mulher Suzana Antunes, de Sintra, pais de André Gonçalves e Gaspar Gonçalves, sendo este o primeiro que se apelidou de Ribafria; é precisamente ao outro seu sobrinho que o pároco de S. Martinho nomeia como administrador da capela vincular que pelo dito testamento instituíra.

É hoje difícil definir com precisão o *status* destas gentes. Pressente-se a «principalidade», o acesso aos cargos do município e da administração religiosa, lavradores abastados, notáveis no seu meio e na governança de Sintra, no degrau imediato da ascensão às honras da fidalguia. E se é demonstrativa, nesse aspecto, a carreira daquele André Gonçalves, Almoхарife dos Paços Reais de

Sintra, muito mais exemplar o é a do irmão mais novo, Gaspar Gonçalves de Ribafria, se bem que deva esta ser compreendida à luz da do primogénito.

André Gonçalves, nos finais do ano de 1501 detinha já os cargos de Almojarife de Sintra e Paço Real e de Juiz das Sisas e Coutadas de Colares e seu termo., o que era dizer, na prática, algo que se aproximava do foro do que chamaríamos hoje o governo civil da vila. Por essa mesma altura se lhe assinaram de mantimento de ofício a confortável quantia de 4800 reais e outro tanto como honra, com cevada, da sua moradia de escudeiro da Casa Real. Nesse cargo se manterá por largos anos tendo ocupado desde cedo outros da principalidade da vila de Sintra como o terão sido os de juiz e escrivão da Confraria dos Fiéis de Deus ou o de Juiz dos Encoutos da mesma vila(3). Do exercício do primeiro cargo de Almojarife existem variadas cartas régias de quitação e, ainda hoje, se conserva no Arquivo da Torre do Tombo o *Livro das Contas de André Gonçalves*, verdadeiro repositório da contabilidade das vultuosas obras que à altura, sob a administração de André Gonçalves, se fizeram no Paço Real de Sintra e que o deixaram sensivelmente como é hoje (4). Que o seu favor era grande, disso é melhor prova a concessão do hábito da Ordem Militar de Cristo que se lhe fez, mercê rara à época e sinal nítido de influência verdadeira.

O irmão, Gaspar Gonçalves, já em 1518 era Porteiro da Câmara Real; nessa qualidade no surge quando nos Paços da Ribeira, em Lisboa, se realiza o solene beijamão que marcou o anúncio do 3.º casamento do Rei D. Manuel (5). O Porteiro da Câmara, na categoria genérica dos criados da Casa Real como o eram os Camareiros, Estribeiros, Trinchantes mores e menores, particularizava-se por funções de guarda ou acompanhamento da Real Câmara e que, inevitavelmente, se traduziriam em especial intimidade e confiança junto do Soberano. A ele cabia, na prática, julgando das admissões e apresentações, proteger a intimidade real.

É nessas funções que o colecionador anónimo dos «Ditos Portugueses» (6) nos apresenta Gaspar Gonçalves de Ribafria: «Uma noite, já tarde, estando el-Rei para se despir, bateu à porta da Câmara, embuçado, um fidalgo pobre que servira em muitas partes. E Gaspar Gonçalves, porteiro da câmara, abrindo-lhe e conhecendo-o disse a el-Rei: *Senhor, está aqui D. Fuão que, se tem capa para de noite, não a tem para de dia*». Na mesma situação nos é contado outro episódio, curioso por algo revelar do carácter de Gaspar Gonçalves: «Um homem foi malsinar outro a el-rei, muito seu parente, dizendo-lhe que ele tinha sonogado grande soma de dinheiro, para verificação do qual negócio era necessário falar muitas vezes a el-rei. Enfadou-se um dia com ele o porteiro da câmara, chamado Gaspar Gonçalves de Ribafria, e não o quis deixar entrar, pelo que pediu ele a El-rei que lhe mandasse que, quando o visse, lhe não tolhesse a porta; e El-rei mandou-lho. E Gaspar Gonçalves respondeu-lhe: - *Senhor, se Vossa Alteza se confia de homem qué é traidor a seu sangue, eu temo-me!*»

Fácil é, pois, de compreender a confiança e a intimidade, e consequentemente, o favor de que disfrutou Ribafria junto ao Monarca, afastando as teses de alguns que o quiseram explicar como a paga de vis serviços prestados por Ribafria. São teses aduzidas sem o menor fundamento histórico e que apresentam o único mérito de precaver o leitor sobre a idoneidade do inventor. Teófilo Braga, acolitado por Sanches de Baêna, propalou-as numa obra escandalosamente crivada de inexactidões, fantasias e fontes inexistentes (7).

Bramcaamp Freire, na «Vida e Obra de Gil Vicente», referiu-se-lhes sobejamente:

«O Sr. Teófilo Braga, na novela que intitulou «Bernardino Ribeiro e o Bucolismo» faz de Gaspar Gonçalves de Ribafria uma espécie de alcaiole de D. Manuel. Diz ter-lhe aquele soberano feito mercê da alcaidaria mor de Sintra, inexactidão flagrante pois ele só a houve trinta e oito anos após a morte de D. Manuel, e como esta várias outras asserções ridículas relativas a diferentes pessoas introduzidas no romance. Quanto ao papel de alcaiole junto de um Rei que teve a qualidade indiscutida de ser casto, prova a falsidade da asserção o facto de haver sido D. Catarina de Áustria, mulher austera, quem deu a alcaidaria-mor da sua vila de Sintra a Gaspar Gonçalves de Ribafria 'pelos muitos e bons serviços que lhe tinha feito', a não ser que se admita haver a Rainha incluído nestes serviços os da tal espécie prestados ao sogro» (8).

Tudo, porém, não invalida a espectacular ascensão do valido. É ainda o autor dos «Ditos Portugueses» que nos conta que «Leonardo Nunes, físico de el-rei (que depois foi físico-mor) chegando à porta da câmara de el-rei, que estava mal disposto, e batendo riço, abriu-lhe o porteiro da câmara, chamado Gaspar Gonçalves, ao qual el-rei fizera rico e honrado; e, vendo-o, disse: «- *Quantas cousas faz o tempo!*» E Leonardo Nunes respondeu-lhe: «- *Esse tempo vos faz a vós dizerdes isso!*»

Efectivamente, em 1525 era Gaspar Gonçalves feito Cavaleiro da Ordem de Cristo, com 20.000 reais anuais de tença (9), observando-se sobre tão relevante mercê o que se disse a propósito da sua concessão ao irmão.

Entre os anos de 1536 e 1544 casa com Maria Luís de Sá, ao que parece filha de Gaspar de Sá «o velho», e entrega-se por esses anos a arredondar os seus bens em Sintra, bens que deviam ser já consideráveis. Tanto a sua casa como a do irmão espraiar-se-iam por toda a zona de Sintra e Colares, tocando já Cascais e a Ericeira. E é por essa altura que faz erguer ou remodelar, bem no coração da vila, em S. Martinho e a bem pouca distância do Paço Real, as suas casas feitas ao gosto renascentista e italianizante da época. O mestre de obras e traça é Pero Pexão, técnico ligado já à grande remodelação do Paço Real da Vila; a obra, ainda hoje existente, permanece como um exemplo arquitectural de rara beleza, excepcional na rude usança da habitação senhorial da época (10).

Não custa admitir que também tenha sido este Pero Pexão o mestre que planeou e fez erguer fora da vila a monumental Torre de Ribafria, cabeça de morgado de Gaspar Gonçalves, instituído em Sintra e seu termo a 7 de Maio de 1536, instituição essa confirmada por carta de D. João III, dada em Évora nove dias depois. A esta data ainda o morgadio levava o nome de Cabris (da quinta que lhe servia de cabeça), com diversas obrigações para os seus administradores entre as quais a de se chamarem de Cabris. Cinco anos depois, a 10 de Setembro de 1541, Gaspar Gonçalves por novo instrumento faz ampliar o morgado, aproveitando também para (já que o Soberano lhe fizera a mercê e honra de o elevar à condição de fidalgo de cota de armas e solar conhecido) transformar a anterior obrigação de apelido consignando-se desta feita o uso do de Ribafria para seus descendentes, que ele usava já e como a quinta de novo se apodava (11). A respectiva carta de armas ostenta a data de 16 de Setembro de 1541 e é seis dias posterior a estas alterações. Feita por António d'Olanda, também o seu conteúdo se revela curioso dentro do espírito de mercê nova (12). O próprio Soberano declara que à honra feita a Gaspar Gonçalves de Ribafria preside a justiça que assiste «*aos que corporallmente cõ ffielidade e memoraves servjços virtuosamente os servem*» e que é lícito que se «*agualardoem a elles e aos que delles desçemdrem cõ houtros premyos e homras que desta mortalidade sejam jsemtos*». Em Gaspar de Ribafria recompensava-se particularmente o ter «*servido por mytos annos em muy bõs e comtynos serviços a ellRey meu senhor e padre que muita gloria aja, asy em sua pessoa Reall como em outros muitos servjços e muy necesarios de sua casa e estado e asy despois a mym ateguora cõ toda lealldade e ffielidade e amor sempre comtyno de dia e de noyte cõ muytas vegylias e trabalhos) e asy me servjo sempre em outras causas de muyta jimportãçia e ordem de minha casa ffazendo sempre como home bõ e virtuoso que elle he...*». Assim, era feito pela dita carta «*ffidalgo de cota darmas e de solar e asy aos que delle legytymamente proçedere per linha direita pera sempre eo abilito pera jso e o remove do numero gerall e comto dos outros homes e o reduz e traguo ao comto e estyma e partycipação dos nobres ffidalguos de limpo e generoso samgre.*» Determinava-se também que de sua linhagem de Ribafria fosse solar e morgado a dita torre, quinta e anexa de Sintra, dando-se-lhe por armas «*huu escudo de verde cõ ho pee daguoa e nelle hua torre de prata lavrada de preto e o cuberto exaquetado douro e de azull entre duas estrelas douro, ellmo de prata aberto guarnido douro paquife de prata e verde e por timbre huu lyão pardo dazull cõ hua das estrelas na espadoa*». Assim ainda hoje estão pintados no «Livro do Armeiro Mor», na Torre do Tombo, e, sem dúvida, nelas se inspirou Afonso de Dornellas quando, décadas atrás, conjugando a simbolística tradicional sintrense, ordenou as armas do actual Município de Sintra (13).

Mas Gaspar de Ribafria, homem do seu tempo, se cuidava do temporal, do espiritual igualmente não descurava: No seguinte ano de 1542 realiza com os conventuais da vizinha Penha Longa uma escritura de concerto e obrigação sobre a capela de S. José, que fôra dos Condes de Monsanto e que o Convento lhe dera, obrigando-se a dizer-lhe missa quotidiana pela sua alma, pela da dos pais, da mulher e dos filhos, conservando-se lá sempre uma lâmpada acesa (14).

Opulento, fidalgo, senhor de casas na vila e fora dela, quintas e capela vinculadas, à mulher Maria Luíz de Sá concede o Monarca, par carta de 9 de Setembro de 1552, a mercê de se chamar de *Dom*, privilégio das damas de alta nobreza, passando a chamar-se D. Maria de Sá - «*hey por bem e me praz que Maria Luiz de Sã se possa chamar e chame daqui em diamte de dom, e goze e use de todalas homras, etc.*» (15). O auge da ascensão atingi-lo-ia poucos anos depois comprando a Francisco de Azevedo, Senhor de Ponte de Sôr, a renúncia à alcaidaria-mor da Vila e Castelo de Sintra.

Dela prestaria homenagem do Rei D. João III, em Lisboa, no Paço da Ribeira aos 23 de Maio do ano de 1556. A cerimónia decorreu numa das alas do faustoso palácio, porventura na *tão famosa sala dos Tudescos*, onde, chegando em solene cortejo, Gaspar Gonçalves de Ribafria se ajoelhou perante o Monarca que lhe tomou as mãos; perante as testemunhas – o Conselheiro Manuel de São Payo, o Porteiro-Mor Cristóvão de MeIo, o Veador da Casa Real Tomé de Sousa, o Mestre Sala Dom Pedro de Abranches e o Secretário Real Pedro d'Alcáçova Carneiro - soaram então as palavras sacramentais: «Muito Alto e Muito Poderoso Rei Dom João meu verdadeiro e natural Rei e Senhor: Eu Gaspar Gonçalves de Ribafria fidalgo de Vossa Casa vos faço preito e menagem pelo vosso castelo e fortaleza de Sintra de que ora Vossa Alteza me encarrega e dá carregamento que a tenha e guarde...» (16).

\*

Casa grande, de posses essencialmente rurais angariadas em Sintra e seu termo não só mercê da fortuna cortesão de Gaspar de Ribafria, como do seu engenho material. Não era ele que por essa época, na boa tradição dos fidalgos quinhentistas, alcançava do Rei D. Manuel a permissão para importar e mercadejar produtos da Índia? (17).

Nessa Índia andava já em 1545 um sobrinho do mesmo nome, filho do Almojarife André Gonçalves, a quem recomendara ao seu vizinho sintrense o Vice-Rei D. João de Castro. Desse empenho viria a reconhecer-se grato em carta que ainda hoje existe e que tem a data de 17 de Março de 1547, de Almeirim (18):

«Este ano me deram duas [cartas] de Vossa Mercê, uma de Moçambique e outra da Índia; e na de Moçambique me veio a mercê que fizeram a meu sobrinho Gaspar Gonçalves de que já mandei beijar as mãos a Vossa Mercê e outra vez lhas torno a beijar e assim [também] pela boa vontade que tem para lá nessa Índia me fazer mil mercês...»

Na mesma missiva participa a D. João de Castro a morte do irmão: «... este ano (...) foi o ano cá muito forte por toda a terra de muita gente morta em que entrou meu irmão André Gonçalves que Deus haja...». Assim fôra; aos 2 de Agosto de 1546 morrera o Almojarife André Gonçalves, sepultando-se em S. Martinho, na Capela de S. Luzia. De sua mulher Ana Ribeira, filha de Diogo Ribeiro «o velho», deixara vários filhos, entre os quais Filipa Ribeira, mulher de Gaspar de Valadares, moço de câmara do Rei, o citado Gaspar Gonçalves, o dr. Jorge Gonçalves Ribeiro, que foi Inquisidor e Deputado da Inquisição de Lisboa, e António Gonçalves Ribeiro, Almojarife dos Paços Reais, em sucessão ao pai, e avô de outro do mesmo nome em quem permaneceu o cargo; gente que, no geral, deixou basta geração em Sintra e seu termo (19).

Gaspar Gonçalves de Ribafria ainda sobreviveria bastantes anos ao irmão já que só morreu a 21 de Agosto de 1562, em Sintra, sepultando-se na Capela de S. José do Convento da Penhalonga (20). Com sua mulher D. Maria de Sá foram os pais de Jerónimo de Sá (que seguiu a carreira militar sendo ainda vivo em 1559; morreu novo na Índia), de Luís Gonçalves de Ribafria (doutor

em Cânones, Inquisidor e Deputado do S. Ofício em Coimbra e Lisboa), de D. Ana de Sá, mulher de Mem de Brito (filho herdeiro de Leonel de Brito e sua mulher D. Maria de Lima, dos morgados de S. Estêvão e Nogueira, posteriormente Marqueses de Ponte de Lima), e de André Gonçalves de Ribafria, o primogénito e sucessor da Casa (21).

Nascido cerca dos anos de 1540/50 é, talvez, dos senhores desta casa, aquele de quem menos se sabe. Por morte do pai sucede não só num juro de 100.000 reis que pertencera ao pai (22), como também em toda a Casa e Morgado de Ribafria. Além de fidalgo da Casa Real, de Comendador de S. Mamede de Sortes na Ordem de Cristo (23), de senhor do elevado cargo pação de Porteiro-Mor de D. Sebastião, foi ainda, como o pai, Alcaide-Mor da Vila e Castelo de Sintra; vinha-lhe esta nomeação na sequência da já falada mercê de 19 de Maio de 1559 que o pai, porventura sentindo chegar o fim da vida, alcançara da Rainha D. Catarina para que o filho herdeiro da casa lhe sucedesse igualmente na alcaidaria de Sintra (24).

Sente-se já por estes tempos perfeitamente consolidada a fortuna dos Ribafrias, apoiada nas duplas e eficazes colunas dos cargos cortesãos e eclesiásticos, exigíveis a qualquer casa de prosápia do tempo. Nesta linha, brilhante foi igualmente o casamento do 2.º Alcaide-Mor de Sintra e Senhor de Ribafria. Foi sua mulher D. Luísa de Albuquerque, da linhagem daquele soberbo D. Lopo de Albuquerque, 1.º Conde de Penamacor por carta de Maio de 1475, Senhor e Alcaide-mor das villas de Penamacor e Abiul, Camareiro-mor e Guarda-roupa de D. Afonso V (1463), Regedor da Casa do Cível de Lisboa e Embaixador em Roma, morto em 1494. Casara em 1467 com D. Leonor de Noronha, filha do Arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, filho dos Condes de Gijón e Noronha, e irmão de D. Pedro de Noronha, progenitor da Casa dos Condes dos Arcos, dos Marqueses de Angeja e Marialva. Seu sucessor foi D. Garcia de Albuquerque que foi Copeiro-Mor do Rei D. João III e que de sua mulher D. Leonor Perestrelo teve a D. Luís de Albuquerque, que foi também Copeiro-Mor do Reino. Casou com D. Inês de Castro, primogénita do Grande Vice-Rei D. João de Castro, de quem teve a D. João de Castro e Albuquerque, que morreu na batalha de Alcácer Quibir, a D. Garcia de Albuquerque, que morreu em menino, e à dita D. Luísa de Albuquerque, mulher que foi do nosso André Gonçalves de Ribafria, a cuja geração levou a casa dos Condes de Penamacôr, Copeiros-Mores do Reino (25). Há quem afirme ter este cargo, pelo casamento, pertencido a André de Ribafria (26). Afigura-se-nos impossível esta hipótese já que o natural seria andar este cargo vinculado aos senhores da casa Penamacôr. Herdou-a a mulher, não há dúvida, mas só após a morte do irmão, o dito D. João de Castro e Albuquerque, tombado em Alcácer Quibir onde, no mesmo dia, também passou desta vida a melhor seu cunhado e pseudo-sucessor André de Ribafria.

Efectivamente, juntando-se às imponentes hostes que o Rei D. Sebastião arrastou para África, aí viria a morrer combatendo em Agosto de 1578. José Pereira Bayão, no seu clássico «Portugal Cuydadoso e Lastimado com a vida, e perda do Senhor Rey D. Sebastião», faz-se eco do que muitos outros cronistas da tragédia, pelo horroroso do facto, não esqueceram:

*«...E assim mesmo he digno de eterna memória o esforço de André Gonçalves de Ribafria, Alcaide-Mor de Sintra, que com huma seta pregada no rosto, de que lhe não apparecia mais que as pennas, andava como hum leão bravo, estimulado da ferida, fazendo por sua mão grande estrago nos inimigos em vingança da sua morte...» (27).*

\*

Quando morreu o 2.º Alcaide-Mor de Sintra ficavam-lhe dois filhos menores: D. Filipa Coutinho, que casou com Febus Moniz de Torres, o célebre defensor da causa nacional em 1580, e Sumilher de Corpo de D. Sebastião, Procurador da Cidade de Lisboa e Presidente dos deputados das vilas e cidades do Reino, senhor do morgado das Conchas, no Lumiar; com geração representada pelos Condes e Marqueses de São Payo. O outro filho e sucessor de André Gonçalves de Ribafria foi Gaspar Gonçalves de Albuquerque Ribafria, nascido na Casa dos Ribafrias, na vila de Sintra, cerca

dos anos de 1576/77, herdeiro, assim, da mesma casa e, pela mãe e morte do tio D. João de Castro e Albuquerque, da dos Albuquerques, Copeiros-Mores e Condes de Penamacôr (28).

No próprio ano seguinte à morte do pai, por carta de 9 de Agosto de 1579, já o Cardeal Rei D. Henrique, atendendo aos meritórios serviços paternos, lhe faz mercê da alcaidaria-mor de Sintra, de que vem a ser o 3.º alcaide na sua Família, com «*suas rendas, direitos, tributos, percalsos e interesses que a ella directamente pertense*» (29). Era à altura muito novo e ficara sob a tutela da mãe, a viúva D. Luísa de Albuquerque. E tão novo era que, não podendo fazer homenagem do castelo de Sintra, o Monarca a isso obvia permitindo, por mercê de 11 de Novembro de 1579, que a faça em seu nome o primo D. Manuel de Castro, com procuração da tutora. Na mesma altura lhe é feita a mercê da comenda de S. Mamede de Sortes na Ordem de Cristo, para quando alcançasse 18 anos, e que também vagara por morte do pai (30).

O advento dos soberanos espanhóis em nada parece vir a alterar a situação da Casa, tanto que, por carta de 8 de Agosto de 1595, lhe é confirmada, já pelo Rei D. Filipe, a dita alcaidaria (31). Era já maior e a mãe, D. Luíza de Albuquerque, finda a sua missão, professa no Convento de Odivelas onde «acabou santamente», ainda antes de Maio de 1608 (32).

Poucas mais particularidades se sabem da vida de Gaspar Gonçalves de Albuquerque Ribafria; a maior parte tê-la-á passado em Sintra, sabendo-se que vivia habitualmente na Torre e Quinta de Ribafria (33). A ausência de Côrte em Lisboa, contribuiria para um certo ensimesmamento da nobreza portuguesa. Aliás, a lavoura, as delícias da montaria e os encargos da principalidade de Sintra, encheriam os dias dos fidalgos Ribafrias. Estanciando quer na casa da vila, quer na torre, o fausto deveria ser considerável e é curioso lembrar o testemunho de um certo João Vicente que, com 95 anos de idade em 1686, se recordava ainda das «muitas lutas grandes que na ditto quinta se fazião em dias de festa» (34). Seriam talvez torneios ou jogos de ginetá e destreza equestre, arremedos ou abencerragens dos primores cavalheiros os da côrte manuelina; quem sabe se tais celebrações se não teriam realizado também aquando da vinda do Alcaide-Mor para Sintra, recém-casado em Lisboa na sua casa de Valverde com D. Angela de Noronha? (35)

Não era, aliás, já o seu primeiro casamento; fora-o primeiramente com D. Maria Coutinho, filha de D. Lopo de Alarcão, morto em Alcácer Quibir, da casa dos Condes de Torres Vedras e Marqueses de Turcifal, e de sua mulher D. Branca Coutinho. Falecida sem geração D. Maria, envolveu-se Gaspar de Ribafria num venenoso caso de presumida promessa de casamento com D. Luísa Tibau (que veio a ser 3.ª mulher de Salvador Correia de Sá), demanda arrastada que resolveu eficazmente casando na pendência dela com a dita D. Ângela de Noronha. Era esta senhora natural de Elvas, filha de D. Pedro Lobo e de sua 2.ª mulher D. Brites da Silveira (a 1.ª foi D. Genebra de Castro), neta paterna de D. António Lobo, morto em 1575, e de sua mulher D. Joana de Mesquita. Os pais deste D. António Lobo foram D. Francisco Lobo, Comendador de Rio Torto na Ordem de Cristo, Embaixador ao Imperador Carlos V, e sua mulher D. Branca da Silva. Era ele filho de D. Diogo Lobo, 2.º Barão do Alvito, Vedor da Fazenda e Mordomo-Mor do Rei D. Manuel, e da mulher D. Joana de Noronha, filha dos Condes de Abrantes. Ela (D. Branca) era filha de Afonso Telles da Silva, Alcaide-Mor de Campo Maior e Ouguela, sobrinho neto e representante não só de João da Silva, o célebre Beato Amadeu, fundador da Congregação dos Amadeus, como também de S. Beatriz da Silva, canonizada no passado ano de 1977, e fundadora da Ordem da Conceição de Maria, já que eram ambos irmãos do avô, também de nome Afonso Telles da Silva, Alcaide-Mor de Campo Maior, filhos todos de Ruy Gomes da Silva (36).

Deste casamento do 3.º alcaide-Mor de Sintra ficaram vários filhos, dos quais o primogénito, à usança da época, se chamou André como o avo paterno. Tendo apenas nove anos alcançava-lhe o pai, mercê dos seus muitos serviços prestados à dinastia filipina, a graça da promessa de sucessão na alcaidaria-mor de Sintra que ele detinha, tal e qual como a comenda de S. Mamede de Sortes, que também já fora do pai (37).

A comenda e a alcaidaria-mor, como a esmagadora maioria das benesses régias, eram mercês dadas em vida do agraciado; este, no louvável intento de beneficiar a descendência e Casa,



agia frequentemente como Gaspar de Ribafria, assegurando junto ao Soberano a ventura do morgado. A promessa foi efectivamente cumprida e Filipe III daria ao Alcaide-Mor de Sintra, por carta de 30 de Agosto de 1632, a faculdade de poder deixar ao filho primogénito, em recompensa dos serviços prestados à Corôa, a alcaidaria «*assi como elle a tem, e possuiu; e que não tendo filho fique à sua filha, além das mais mercês que lhe fiz pellos dittos serviços*».

No que tocava à comenda de S. Mamede de Sortes, já em 1632 ou princípios de 33 o Alcaide requerera para o filho a essencial mercê do hábito da Ordem de Cristo com dispensa da idade, o que o Rei lhe concedeu em 15 de Junho de 1633, lançando-se-lhe posteriormente o hábito (38); a comenda, como se verá, recebê-la-ia mais tarde.

Pouco menos de uma ano passado sobre a mercê filipina, aos 20 dias de Julho de 1636, na Torre de Ribafria, morreria Gaspar Gonçalves de Albuquerque Ribafria, 3.º Alcaide-Mor de Sintra na sua Família, lançando-se-lhe o assento de óbito nos livros da paróquia de S. Martinho (39). À sua morte, e à de sua mulher D. Ângela de Noronha, que de perto o deve ter seguido, ficavam órfãos quatro, pelo menos, dos cinco rebentos havidos deste casamento. Eram eles três filhas (40): D. Brites de Noronha, nascida em Sintra em 1623 e que foi freira no Convento de Santos, em Lisboa, D. Luísa de Castro, nascida em 1626 e que morreu em menina, e D. Francisca da Silva, que também foi freira no mesmo convento. Os dois filhos, o já falado André e Pedro de Albuquerque, foram de longe os mais notáveis, sobretudo o primeiro, o ilustre militar das guerras da Restauração, André de Albuquerque Ribafria, 4.º Alcaide-Mor de Sintra.

De ambos, nascidos na vila no palacete Ribafria, se conservam os assentos do baptismo na Igreja de S. Martinho: «*Em os 30 de Majo [de 1621] baptizou o d.or Thomaz Glz Ferrejra prior de Sancta M.ª do Arabalde desta villa a André f.º de Gp.ar Glz dalbuquerque. Alcajdemor desta villa e de D. Angela foi padrinho dom Fernando de Castro e dona Genevra madrinha*». De Pedro, que nasceu três anos depois e a quem buscaram o nome do avô materno, D. Pedro Lobo, reza o assento: «*Aos 2 deste mez [de Junho de 1624] baptizou ho P. Thomaz Glz. nesta Igr.a a pº fº de G.ar Glz dalbuquerque Alcaide Mor e de s. molher Dona Angela foi padrinho o Conde dodemira. Eu Alv.o Roiz cura nesta Igrª o asiney*» (41).

Órfãos com 15 e 13 anos, parecem ter ficado sob a tutela de D. Antão de Almada, o ilustre Restaurador. De Pedro adiante falarmos; de André criado em Sintra, sabemos que aí passou a juventude, vivendo «*nos brassos da imagem da guerra, que he a caça e montaria, penetrando as serras de Sintra em que se ensayou pera o trabalho, porque he ella hua palestra, ou eschola da mesma guerra em que se aprende a desprezar os perigos e injúrias do tempo*» (42). Ao que parece avesso ao culto assíduo das letras, se bem que «perito nas lingoas italiana e francesa», criou-se André de Albuquerque neste singular ambiente, forjando «hu rosto alegre, hum coração desprezador de todo o perigo, hum juizo sem dificuldades, nada entregue a regalos e delícias, grande aturador da campanha, muyto robusto e vigoroso»; e talvez, também, violento: ainda muito novo com 15 ou 16 anos, em 1636 ou princípios de 37, o encontramos culpado na morte de um tal Domingos da Silva, crime de que é, aliás, perdoado por mercê régia (43).

Em 1638, ainda sob o ceptro de Filipe IV de Espanha, com apenas dezassete anos e na simples qualidade de soldado arcabuzeiro, parte para o Brasil na armada de 8 galeões e 6.000 homens que o Governador-Geral Conde da Torre comanda com o fito de obstar ao expansionismo holandês naquele Estado, e é sob o mesmo comando que participa na desastrosa empresa naval de Pernambuco, no ano seguinte (44). Regressado ao Reino, em 1640, torna-se, talvez por influência do tutor D. Antão de Almada, um dos iniciados na conjura, «*hum dos fidalgos confidentes que com o maior zello obraram o anno de quarenta na aclamação*», no próprio dizer de uma carta régia (45).

Era já por este tempo Alcaide-Mor de Sintra. Efectivamente, por morte do pai e apresentada a já citada carta régia pela qual Filipe III possibilitava ao mesmo a transmissão daquela para o filho primogénito André, é-lhe a dita atribuída por carta daquele Soberano, de 19-5-1639, escassos dias antes de perfazer 18 anos, idade mínima para dela tomar posse (46). Em 1640, à data da Restauração, é já referido como «*o alcaide-mor de Sintra*» na «Lista dos Fidalgos que se acharão

na felice aclamação de Sua Majestade», apêndice da «*Relação de tudo o que se passou na felice aclamação do mui alto, e muito poderoso Rey Dom João o IV*», publicada em 1641 e atribuída ao Padre Nicolau da Maia de Azevedo. E se até então a alcaidaria-mor de Sintra fora atribuída sempre numa única vida, em atenção aos já relevantes serviços prestados por André de Albuquerque Ribafria, é-lhe passada pelo novo Rei o alvará de 1 de Abril de 1644 seguido de uma carta datada de 23 de Maio de Alcaide-Mor de Sintra, mas esta com o benefício de tornar aquela de juro e herdade para todo o sempre em seus sucessores e nesta Família (como realmente o foi até ao séc. XIX), e com a especial mercê de uma vida fora da Lei Mental, caso viesse a recair a Casa numa senhora. Tudo lhe vem a ser confirmado, já no reinado seguinte, ainda sob a regência da Rainha D. Luísa de Gusmão, por carta de 13 de Setembro de 1649 (47).

\*

Mas, mais que tudo, André de Albuquerque Ribafria é um dos grandes vultos da história militar portuguesa. O historiador militar Gastão de MeIo de Matos traçou-lhe já, na sua monumental «*Vida de André de Albuquerque Ribafria*», as linhas de tão fulgurante carreira e os eventos da época em que viveu (48). Noutras páginas (49) resumiu o que ficara dito e que aqui transcrevemos:

«Em princípios de 1641 foi nomeado capitão de infantaria para o Alentejo, onde ficou largos anos sem vir à Côrte, ao contrário do que faziam a maior parte dos oficiais. Tomou parte em muitas das operações de pequena guerra e em 1642 foi promovido a Mestre de Campo. Em 1643, os Portugueses tomaram a ofensiva, apoderando-se de algumas praças secundárias, e tentando um infrutuoso ataque a Badajoz; em 1 de Setembro, no ataque de Alconchel, foi ferido André de Albuquerque, que em Outubro foi nomeado governador de Villa Nueva del Fresno, uma das praças conquistadas. Daqui passou com o seu terço à guarnição de Campo Maior e, mais tarde, à de Elvas. Em 1645 tomou parte numa empresa, apenas iniciada, contra Badajoz, em que, ao que diz o segundo conde da Ericeira, manifestou má vontade. Todavia, durante todo este tempo, recebeu muitas cartas régias de agradecimento e em 1646, foi promovido a general de artilharia, com prejuízo de mestres de campo mais antigos, por ser considerado mais hábil que eles. Como tal, comandou o ataque e tomada de Codiceira e teve papel importante noutras operações; exerceu por vezes interinamente, o governo das armas da província e foi, em 1650, promovido a general de cavalaria, arma a que não havia pertencido, mas em cujo comando se distinguiria particularmente. Parece ter introduzido novos processos tácticos e, sobretudo, deu à Cavalaria uma capacidade de combate muito superior à que tivera, tornando-a melhor que a cavalaria espanhola, ao contrário do que sucedera antes e viria a acontecer depois da sua morte. Comandou o vitorioso combate de Arronches, onde foi gravemente ferido». Esta batalha equestre de Arronches é uma das coroas de glória da carreira de André Ribafria (50). E se no violento recontro tombou o general espanhol Conde de Amarante, o próprio Ribafria foi gravemente ferido no rosto, atravessado de lado a lado por uma estocada, atropelado no chão da batalha por duas cargas de cavalaria e dado por morto, o que milagrosamente não sucedeu. Da sua acção comentaria ao Monarca o Governador das Armas do Alentejo, Conde de Soure: «*O General da Cavalaria procedeo com tão singular valor, prudencia e arte, que deixou muito que invejar aos mayores governadores do mundo!...*». Escreveria também, posteriormente, o Tenente General do Exército Joane Mendes de Vasconcellos, à Rainha, «*que o nosso heroe André de Albuquerque era dos mais valentes Cabos da Cavallaria que tinha a Europa*» (51).

Em 1675 era promovido a Mestre de Campo General, sendo especialmente encarregado, nos anos em que deteve este posto e mercê da superior competência que lhe era reconhecida, do comando de toda a cavalaria. Era a prova patente do favor régio que já, aliás, anteriormente se revelara. Ainda em vida do pai lhe conseguira este que, com dispensa da falta de idade, obtivesse o hábito da Ordem de Cristo. A carta de hábito e alvará de cavaleiro são-lhe dados por Filipe III em 3

de Agosto de 1633, devendo o hábito lançar-se-lhe na Capela do Paço da Ribeira ou na Igreja de Nossa Senhora da Conceição (52). Se, também, por carta de 10-12-1649, sucedeu na comenda de S. Mamede de Sortes, que como vimos fora do pai e avô, uma portaria de 31 de Maio facultou-lhe, pelos seus muitos serviços, 500.000 réis de renda na de S. Miguel de Nogueira, o que se lhe mudou por mercê régia de 22 de Agosto de 1653 na atribuição da mesma comenda e 200.000 réis de renda na de Redinha; a carta desta comenda tem a data de 24 de Fevereiro de 1654. Outra portaria, esta de 8 de Junho de 1654, atribuiu-lhe a Comenda de Redinha, na mesma Ordem, de que lhe é passada outra carta com a data de 12 de Março de 1655 (53).

Assim, grandemente recompensado e no desempenho do alto posto militar que ocupava, continuou a campanha, «dirigindo vários combates - nas palavras de Melo e Matos -, a tomada do Forte de S. Miguel, junto de Badajoz, e especialmente o vitorioso encontro das duas cavalaria (22-6-1658). Durante a continuação do cerco de Badajoz comandou em diferentes operações, até que adoeceu de uma epidemia que se desenvolveu nas tropas sitiadoras, a qual atingiu quase todos os generais e causou tais perdas no exército que este teve de levantar o cerco. Foi transportado para Elvas onde fora Provedor da Misericórdia e dali saiu, ainda muito doente, para organizar o exército de socorro, cujo comando foi dado ao Conde de Cantanhede, mas cujas operações, que parece terem sido dirigidas por André de Albuquerque, conduziram à Batalha das Linhas de Elvas, que provocou a dissolução do exército castelhano» .

Arrostando com 8.000 homens o gigantesco exército de 30.000 comandado pelo Primeiro-Ministro espanhol D. Luiz Mendes de Haro, ainda na véspera da célebre batalha exortaria os seus homens ao brado célebre de «Amigos! ou a Elvas ou ao Ceu!». No dia seguinte, manhã de 14 de Janeiro de 1650 arrojava-se o Alcaide-Mor de Sintra contra as linhas castelhanas que sitiavam a moribunda guarnição de Elvas. Vitoriosos os portugueses e praticamente decidida a batalha, «já em toda a parte hião os inimigos cedendo a vitória às nossas armas - segundo o escrito de Barbosa Machado -, estando a sua infantaria rôta e a cavalaria descomposta, quando a intempestiva desordem com que o terço foi perdendo o terreno na conquista de um forte que se defendia com valerosa constância, obrigou a vir àquela parte o General André de Albuquerque. Não soffreu o alentado coração d'este heroe que na sua presença dessem os nossos soldados o menor signal de fraqueza, e, querendo animá-los com o exemplo, arrojou o cavallo ao fosso do forte» (54). Neste transe os levou até junto da estacada, repelindo os fugitivos com a bengala ao mesmo tempo que com a mesma tocava as estacas mostrando como deviam ser arrancadas. Tendo um braço levantado uma bala de mosquete entrou-lhe por um sovaco, não protegido pela couraça, ferindo-o mortalmente. Já não pronunciou palavra e, não caíndo imediatamente do cavalo, foi o corpo amparado pelo Vedor-Geral Jorge da Franca e pelo Contador António de Torres, que valorosamente o acompanhavam.

A batalha fôra, entretanto, ganha; não tanto pela direcção de Marialva, que um informador francês da época desdenha, mas porque «*exeoutée par les ordres et le courage de André Albuquerque*» (55). Estava dado o golpe mortal nas forças invasoras.

\*

Foi o cadáver de André de Albuquerque levado para Elvas onde esteve exposto na Igreja de S. Maria de Alcáçova. Daí, com soleníssima pompa militar, foi levado a sepultar na Igreja de de S. Francisco dos Capuchos, no dia 16 de Janeiro, na Capela de S. António.

O Visconde de Vila Nova de Cerveira, em carta à Rainha D. Luísa de Gusmão terá, porventura, expresso do melhor modo o sentimento do geral dos contemporâneos: «... e beijo a Vossa Majestade os pés pelo sentimento que Vossa Majestade me significa do falecimento de André de Albuquerque Ribafria, tão digno da estimação que Vossa Magestade devia fazer do seu heróico valor e grandes serviços, logrou a felicidade de dar a vida pela defesa da Corôa de Vossa

*Magestade e pela liberdade da sua Pátria, ditoso e glorioso fim que o consumou em varão tão insigne como suas grandes partes mereciam» (56).*

Assim acabou em glória o 4.º Alcaide-Mor de Sintra, aquele que declarara «*nunca temer nenhuma espada, salvo a da justiça*».

Um seu panegirista, António Barbosa Bacelar, num escrito publicado em Lisboa no próprio ano da morte, a «*Relaçam da victoria que alcançaram as armas do muyto alto, e poderoso Rey D. Affonso VI em 14 de Janeiro de 1659*», traça com clareza o perfil de Ribafria:

«*Foi varão de extraordinários dotes de corpo e de espírito, galhardo na presença, suave na conversação, afável no trato, discreto sem malícia, valente sem ruído, virtuoso sem invenção, de religiosa observância nas leis militares, de profunda inteireza na justiça, de singular constância no bem e no mal; fazia-se amar, fazia-se temer, mas nem para grangear a afeição usava de afagos, nem para assegurar o temor se valia dos castigos. Dispunha com suavidade, cumpria sem estrondo, executava com acerto. Foi nele o valor mais natureza que qualidade, sendo sempre tão senhor do ânimo nos maiores perigos que parecia insensibilidade o que era constância; teve o serviço de seu Rei por vida e por regalo...*» (57).

Merecem referência outras linhas da autoria do Desembargador Dr. João de Medeiros Correia, Auditor Geral do Exército, que com André de Albuquerque manteve amistosas relações. Delas é melhor prova a composição do «*Panegírico de André de Albuquerque Ribafria Alcaide-mor de Sintra, Mestre de Campo General da Província do Alentejo, com os elogios que à sua morte se fizeram*», escrito e impresso em Lisboa no ano de 1661 e dedicado a D. António Luiz de Menezes, Conde de Cantanhede. Nele, além de erudita prosa donde ressalta com pormenor a figura de Ribafria, inclui-se um curioso conjunto de sonetos, décimas, canções, endechas e glosas de mote, que lhe dedicaram autores tão vários como (além do próprio Medeiros Correia) Francisco de Faria Correia, Carlo António Paggi, que traduziu para o italiano os «*Lusíadas*», o Cónego D. Leonardo de S. José, Fernão Corrêa de Lacerda, o Mestre de Campo e genealogista Diogo Gomes de Figueiredo, o General Simão Correia da Silva, António da Fonseca Soares e o Padre Alexandre de Miranda.

É nas mesmas páginas que se inclui um pomposo epitáfio que o próprio dr. João de Medeiros compôs:

*«À Piedosa, e imortal memoria de André de Albuquerque Ribafria, ilustre em sangue, esclarecido em virtudes, raro em valor, em nascimento lusitano e português na morte; Gloriosa rama dos Albuquerque e Castros, maior glória dos Noronhas, único competidor de si mesmo. Alta esperança da Monarquia Lusitana, por quem, fiel desde sua infância, experimentou os perigos de Mar e Terra, tendo por teatro de suas proezas o Alentejo donde obrou façanhas inauditas, cuja espada fez estremecer toda a Espanha, cuja fama voou remontada de um a outro polo. Parecendo igualmente discreto cortesão na paz e valente general na guerra, que incitado de seu belicosíssimo espírito, junto a Arronches pelejou, por seu braço derrotando o maior poder de Castela com menor número, e reputado por morto viveu para total ruína da Estremadura e reputação das armas portuguesas, cujas praças a ferro, fogo e sangue, postrou por terra, e com seu braço, na expugnação do forte de S. Miguel, ostentou valor invencível rompendo as inimigas hostes e retirado a invencível praça de Elvas sitiada pelo castelhano exército, qual outro Esdício rompendo as Góticas cohortes, deixando o inimigo indeciso entre a admiração e a resistência, e voltando com o Português exército, animosamente rompeu as linhas inimigas, exclamando a seus soldados que ou a Elvas ou ao Céu, aonde o buscou e achou a Morte com infausta bala a catorze de Janeiro de 1659, aos 38 anos de idade, buscando caminho com a espada na mão a seus soldados para Elvas, e a seu glorioso espírito para o Céu, com admiração e igual sentimento de amigos e inimigos, com menos perda sua que da Pátria, eternizada com a glória desta última façanha donde será perdurável seu valor. E o título de Alcaide Mor de Sintra, hereditário em sua*



ANDRÉ DE ALBUQUERQUE RIBAFRIA  
ALCAIDE-MOR DE SINTRA  
(1621 - 1659)

*Casa, rubricado com o seu generoso sangue, digno prémio dos triunfos alcançados, servindo de exemplo a seus herdeiros e ilustres descendentes.*

*Jaz depositado no monumento de seus antepassados em Elvas, esperando a universal ressurreição, para que, quando com o mundo acabe sua fama, logre no Céu eternidades de glória.*

*Foi filho de Gaspar Gonçalves de Albuquerque Ribafria Alcaide-mor de Sintra e de D. Ângela de Noronha, terceiro neto do Grande D. João de Castro Vice-Rei da Índia, décimo neto del Rei D. Diniz de Portugal, quinto neto de D. João de Almeida, segundo Conde de Abrantes e irmão de D. Francisco de Almeida Vice-Rei da Índia, e do Grão-Prior do Crato D. Diogo Fernandes de Almeida, sexto neto do Marechal Álvaro Pereira, primo co-irmão do Prior do Hospital Dom Álvaro Gonçalves Pereira, Pai do Grande Condestável D. Nuno Álvares Pereira, oitavo neto de D. João Afonso de Albuquerque o do Ataúde, o maior Senhor de Espanha, neto del Rei D. Diniz. Nono neto de D. Maria Gomes Correia, irmã inteira do Grande Mestre D. Paio Peres Correia o Josué Português; oitavo neto de D. Pedro de Menezes, primeiro Capitão de Ceuta, progenitor da Casa de Vila Real. Quinto neto de Martim Gonçalves de Ataíde «o do cerco de Chaves», pai do primeiro Conde de Atouguia; sexto neto del Rei D. Fernando de Portugal, sexto neto del Rei D. Henrique o II «el Noble» de Castela.*

*A cujas vivedoras cinzas o Doutor João de Medeiros Correia, Auditor Geral que foi do exército do Alentejo, em sinal de amizade, obrigação e veneração à sua memória, três, quatro e muitas vezes triste, levanta esta sepulcral memória para que acompanhe as veneráveis e piedosas lágrimas que os Portugueses cisnes lhe dedicaram, formando-lhe cada qual mais célebre mauzoléu que os gregos cenetáfios e pirâmides egípcias ou romanas agulhas.*

*Seja-lhe a terra leve, seguro o eterno descanso, como piamente se crê de suas virtudes.»*

\*

Não casou André de Albuquerque Ribafria; o Conde da Ericeira diz-nos que à data da morte estava justo para casar com D. Ana de Portugal, que acabou solteira, filha de D. João de Almeida «o formoso» que foi Vedor da Casa de D. João IV, comendador da Ordem de Cristo, Alcaide-Mor de Alcobaca, Reposteiro-Mor de D. Afonso VI (58). Atente-se, porém, no que, com certo pudor e desculpa nos refere o citado «*Panegírico*»: «Seja-me lícito dizer que em quanto o nosso heroe teve alguas leviandades de moço, nam teve nome, nem honra, e tanto que deu a volta a vida, e nam temeo mais que a sua propria fama, crescendo na estimaçam dos homens a olhos vistos, porque trazia a Deos nos olhos». Parece-nos a nós que a esfíngica alusão se deve referir ao facto de ter André de Albuquerque, em Olivença e ainda novo, seduzido certa donzela com promessas de casamento; era ela D. Catarina de Monroy, de fidalga geração, filha do castelhano Alfonso Vasquez de Sotto, de Alconchel, e de sua mulher D. Joana de Brito e Monroy, de Elvas. Desses amores nasceu D. Ângela Maria de Albuquerque nascida na freguesia da Sé, em Elvas, cerca do ano de 1650 e recolhida no Convento de Santos sob os cuidados de sua tia paterna D. Francisca da Silva, que aí professara (59). Parece não ter sido legitimada, ainda que reconhecida e, ao que parece, beneficiada por disposições paternas. Sabe-se que, quer sua tia D. Francisca, quer o Conde de Soure, antigo companheiro de Ribafria, desde muito cedo se empenharam junto ao Trono para a beneficiar. E tanto assim que, dotando-a com várias tenças paternas e as comendas de S. Mamede de Sortes e da Redinha, lhe procurou o Monarca o casamento com D. António de Menezes Sottomayor «o de Formoselhe», Comendador da Ordem de Cristo e 5.º Alcaide-Mor de Sintra pelo seu casamento, cargo que ainda detinha em 1709 (60). D. Angélica Maria de Albuquerque, que casara com cerca de 14 ou 15 anos, pouco viveu em Ribafria aonde se acolhera com o marido, morrendo muito nova sem filhos.

D. António de Menezes tornou a casar com D. Antónia Maria de Vilhena, filha dos Viscondes de Fonte Arcada, com geração que, compreensivelmente, não herdou a alcaidaria da vila de Sintra, voltando esta à primeira linha dos senhores de Ribafria.

Seguira esta casa na geração daquele Pedro de Albuquerque Lobo que, o leitor recordará decerto, dissemos atrás ser o único irmão de André de Albuquerque Ribafria. Como este passou a infância e parte da juventude em Sintra. Muitos anos passados, sintrensos velhos como o campónio Álvaro Luiz, recordava-se que «*sendo moço, acompanhou muitas vezes o dito Pedro de Albuquerque Lobo e a seu irmão André quando iam para a sua quinta de Ribafria e elle testemunha ia pello caminho matando passaros à espingarda de que eles muito folgavão e na dita quinta tinhão os dittos fidalgos a lembrança de lhe darem muito bem de merendar*» (61). Um dos caseiros de Ribafria, Manuel Gomes, também se recordava de ter «*visto muitas vezes Pedro de Albuquerque andar folgando com seu irmão André em Ribafria*»; um outro caseiro, João Vicente, dizia que Pedro, «*sendo muito novo, hia a caza delle testemunha e a caza de outros lavradores seus vizinhos a buscar queijos e a dezemfadar-se em caza de seus cazeiros de Ribafria*». Órfão, seguiu a sorte de muitos filhos segundos, a das armas, no Oriente. Com 16 anos, em 1640, vai para a Índia possivelmente a cuidado de seu primo o célebre general Rui Freire de Andrade de quem seria, aliás, herdeiro. Daí parte para Colombo, em Ceilão, onde foram os seus serviços, mau grado a idade, notabilíssimos. Com apenas 21 anos, fidalgo da Casa Real, comandava uma das naus da frota guarda-costas, quando morreu, «*sendo capitão de um navio da armada que se perdeu na tormenta da costa da Ilha de Ceilão, em que por querer escapar sem dar em terra e sustentando-se, com porfia da valorosa determinação, sobre a amarra, lhe rompeu a força do temporal o mastro e, aberto o navio, foi a pique*» (62).

Deixava viúva D. Luísa Lobo e duas filhas menores, D. Maria Teresa de Albuquerque e D. Angela Estefânia de Noronha. Desamparadas, recorreram do que poderiam, nomeadamente do facto de Pedro de Albuquerque ser o herdeiro universal do grande Rui Freire de Andrade, isto é, além de sucessoras no seu morgado, credoras da promessa de uma comenda de 500.000 réis e da mercê das fortalezas de Diu, Damão e Sofala. Acresciam os valorosos serviços prestados à Corôa pelo próprio Pedro de Albuquerque que «*continuando com zelo do mesmo serviço morreu nele havendo-lhes gastado a maior parte de seu dote, ficando todas três faltas de seu amparo e pobres*», como tudo expunha a viúva D. Luísa (63).

Em conformidade, despachou o Vice-Rei D. Filipe Mascarenhas, por carta patente de 10 de Janeiro de 1649, que se dessem a D. Luísa Lobo 1000 *xerafins* de renda por ano para seu sustento e de suas filhas, «*soma excepcionalmente concedida e raramente igualada no tempo*», no dizer de Silva Correia, particularmente significativa se atendermos que o Vice-Rei D. Filipe bem podia avaliar tais serviços já que governara Ceilão à altura em que Pedro de Albuquerque aí os prestara. Estatua ainda a dita carta patente diversas mercês nupciais para a ainda muito nova viúva e para suas filhas, mercês consubstanciadas na atribuição por três anos cada do governo das fortalezas de Diu, Damão e Sofala.

Por carta régia de 27 de Março de 1651, a que não terá sido porventura estranha a influência do ainda vivo tio André de Albuquerque, era-lhes prestada por «*demais de serem filhas de Pay benemérito, serem herdeiras de Ruy Freire de Andrade (...) mercê de as mandarem favorecer para poderem vir a este Reyno com a comodidade e resguardo devidos*» (64).

Parece, porém, terem permanecido na Índia, onde, por despacho da mesma época, se entregara a tutoria ao avô materno Diogo Lobo de Abreu que, nessa qualidade, obteve por outro despacho de 24 de Março de 1657 a mercê da Capitania de Damão (65).

Era este Diogo Lobo de Abreu (pai de D. Luísa Lobo, mulher de Pedro de Albuquerque e, assim, avô materno da herdeira da Casa de Ribafria) uma figura notável na Índia daqueles tempos. Nascido em Pombal cerca do ano de 1595, filho de Diogo Jorge de Medeiros Lobo, moço de câmara do Infante D. Duarte, e de sua mulher D. Catarina de Carvalho e Oliveira (66), homiziara-se em Madrid por um homicídio, vindo a acompanhar à Pérsia, em 1614, o embaixador D. Gaspar de Sylva e Figueroa. Após notável colaboração passara à Índia onde se distinguiu na luta contra os ingleses e demais piratas vindo a ser Corretor-Mor de Ormuz (1635), Feitor de Baçaim (1636), um dos Restauradores, em Goa (1640), Vereador da Câmara da mesma cidade, Governador de Barcelor

(1651) e Damão (1657). Veio a morrer cerca de 1663 em Goa onde se sepultou na Capela-Mor da Igreja de S. Francisco em tumba onde se lê: «*Depósito de Diogo Lobo de Abreu e de sua mulher D. Maria de Moraes. Estão aqui os seus ossos e de seus herdeiros*»; acompanha a inscrição um escudo esculpido, esquartelado, tendo no 1.º as armas de Carvalhos, no 2.º as de Medeiros, no 3.º as de Abreus e no 4.º as dos Lobos (67).

Deste foi, pois, filha D. Luísa Lobo, mulher de Pedro de Albuquerque Lobo que, por sua vez, era irmão de André de Albuquerque Ribafria, senhor desta Casa e Alcaide-Mor de Sintra. Deles foram filhas D. Angela Estefânea de Noronha, casada com D. João Henriques, senhor da Casa da Roliça, que morreu sem geração, e D. Maria Teresa de Albuquerque que veio, assim, a ser herdeira por morte do tio e da prima, já atrás citados, das Casas de Ribafria e de Penamacor.

Nascida em Goa cerca de 1644 casara à volta do ano de 1666 com seu parente Manuel de Saldanha de Távora, filho de Rui Lourenço de Saldanha de Távora, Comendador da Ordem de Cristo, Conselheiro de Estado da Índia, e neto de António de Saldanha, Comendador da Ordem de Cristo. O próprio Manuel de Saldanha era Comendador da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício, Governador de Diu, Goa e Baçaim, Capitão-Mor da Armada do Norte, Vedor Geral da Fazenda da Índia, etc. Deste modo passou a varonia dos Alcaides-Mores de Sintra de Ribafria a ser Saldanha, de antiga estirpe castelhana. Acumulavam-se-lhes na linha não só a Casa de Ribafria, com a Alcaidaria de Sintra e a Casa de Penamacor, como também (por sucessão de D. Maria Teresa de Albuquerque a sua prima D. Mariana de Noronha e Castro) a Casa do Grande Vice-Rei D. João de Castro, o célebre Morgado da Penhaverde, o padroado e posse da Capela dos Castros e outros pertences (68).

Em tudo sucedeu efectivamente (69) o filho de Manuel de Saldanha e D. Maria Teresa, de seu nome António de Saldanha Albuquerque Castro e Ribafria, nascido em Pangim em 1668 e falecido em Lisboa em 1723, Senhor da Casa de Ribafria e da dos Albuquerque Condes de Penamacor, representante do Grande D. João de Castro, senhor da Casa da Penhaverde, padroeiro da Capela dos Castros, em S. Domingos de Benfica, e do Convento dos Capuchos de Sintra; era igualmente senhor do vínculo dos Lobos de Évora, do do Bailio da Ordem de Malta Pedro de Mesquita, que representava, e do Grande Rui Freire de Andrade. Foi também Familiar do S. Ofício, Comendador de S. Pedro de Pinhel e S. Maria de Quintela na Ordem de Cristo, Governador de Diu e de Goa, Capitão-Mor da Armada do Norte da Índia e Governador de Angola. Não foi Alcaide-mor de Sintra por esse cargo deter D. Afonso de Menezes, genro de seu tio André de Albuquerque Ribafria. Foram-no, porém, todos os seus sucessores por varonia até seu trineto António de Saldanha Albuquerque Castro e Ribafria, nascido em Lisboa em 1815 e falecido em Roma em 1864, que foi senhor da Casa de Ribafria, 2.º Conde de Penamacor por decreto real de 1844, Par do Reino em 1842, Governador Civil de Lisboa, senhor da Casa da Penhaverde e representante do Vice-Rei D. João de Castro, padroeiro da Capela dos Castros e do Convento dos Capuchos, etc. Foi igualmente Comendador das Ordens de Cristo, de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, da de Carlos III de Espanha, Cavaleiro da de S. João de Jerusalém, dita de Malta, último Alcaide-Mor da Vila de Sintra, por extinção das alcaidarias em 1846 (70). Teve geração que se prolonga até ao presente.



## APÊNDICE I

### AS CASAS DA FAMÍLIA SALDANHA RIBAFRIA EM SINTRA

(In «*Solares Portugueses*» de Carlos Azevedo) págs. 166, 167, 168)

O Palacete Ribafria na Vila, chamado «*do Marquês de Pombal*»: «A Casa dos Ribafrias, exemplo da transição do gótico para a época renascentista, foi concluída em 1534 por Gaspar Gonçalves de Ribafria, Alcaide-Mor de Sintra. Embora posteriormente tenha sofrido obras de beneficiação que lhe alteraram bastante o aspecto primitivo é, mesmo assim, um bom exemplo dessa época de transição, conservando ainda, no átrio, uma abóbada gótica com nervuras apoiadas sobre mísulas. Esse átrio abre para um pátio interior por meio de dois arcos redondos que repousam sobre colunas com capitéis trabalhados, já de feição italianizante.

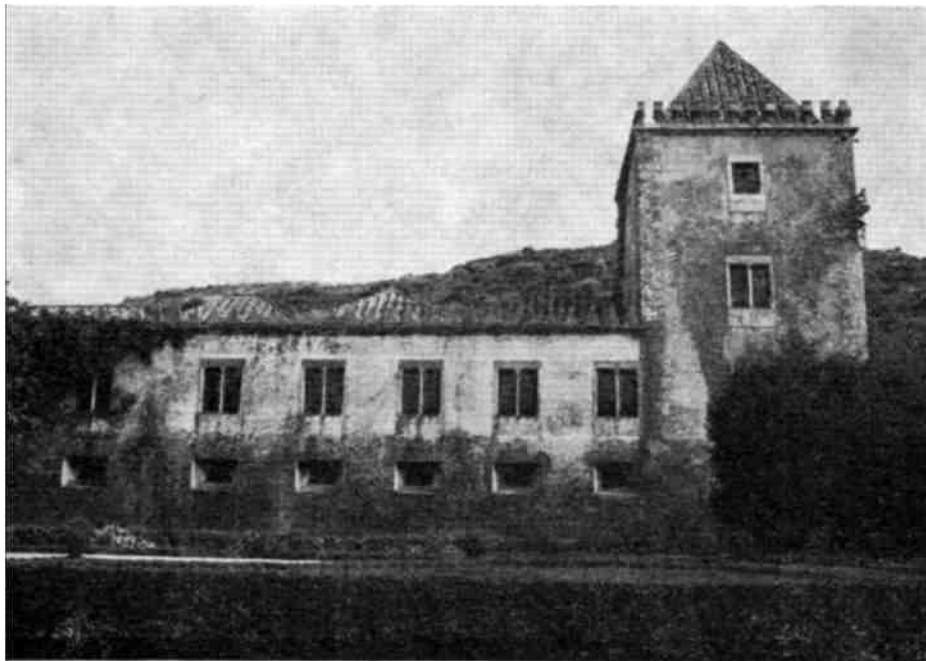
Toda esta zona é obra de 1534, data que aparece numa inscrição do capitel da coluna central, de grande interesse por revelar também o nome do mestre da obra - Pedro Pexão: «*Esta obra fez Pêro Pexão no anno de myl e quinhentos e xxxIII anos*». Do pátio parte para o andar nobre uma escadaria precedida por outro átrio também abobadado. No piso superior é evidente a importância crescente da arte renascentista - nas janelas, principalmente a que conserva o seu balcão com balaústres, na colunata, formando galeria, e na fonte. Esta zona é, certamente, mais tardia, e deve datar já de meados do séc. XVI. Interiormente, embora remodelada, a casa conserva como motivo de maior interesse uma sala ladrilhada em cujo extremo se levantam três arcos assentes sobre colunas de mármore com capitéis coríntios, constituindo uma bela *loggia* ao novo estilo italiano, e na qual se destacam os dois medalhões com bustos, muito característicos da arte renascentista, então introduzida em Portugal por escultores franceses. Ao centro uma bela fonte também renascentista, num tipo que também depressa se generalizou no País, acabando por criar imponentes fontanários públicos».

\*

A Torre-Solar de Ribafria, na Várzea de Sintra: «Uma das mais importantes que se construíram no Centro do País durante a primeira metade do século XVI, o Solar de Ribafria deve-se a Gaspar Gonçalves de Ribafria, Alcaide-mor de Sintra - que já erguera outras casas na vila - a quem D. João III concedeu carta de brasão de 1541, e na qual já se encontra a designação de Casa e Torre de Ribafria. Trata-se portanto de construção um pouco anterior àquela data. Quanto à planta, composição de alçados e volumes arquitectónicos, é um magnífico exemplo da tradição saída da Idade Média - casa e torre - e na regularidade dos volumes, no equilíbrio, na profusa fenestração e em certos pormenores da decoração - particularmente nas janelas de fino colunelo ao centro, regulares e bem espaçadas - revela claramente a importância da transformação operada pela arte renascentista vinda de Itália. De facto, o esquema já familiar da casa adossada à torre, e que provém da época medieval, sofre em Ribafria um tratamento duma elegância nunca atingida pelas casas dessa época passada. A fenestração é realizada de maneira sábia e, por outro lado, mostra bem a crescente exigência de conforto. Apenas o piso térreo, ou cave, conserva aberturas que lembram frestas medievais. Em toda a frente da casa, porém, o tanque surge como elemento inovador, para refrescar a residência e irrigar terrenos.

Casa e Torre completam, para a retaguarda, um recinto fechado com alto muro ameado que abriga um pátio de entrada, semelhante a outros empregados na arquitectura local - por exemplo no

Palácio Real - e onde se destaca uma fonte renascentista com pequena cúpula assente sobre colunas. A Casa de Ribafria foi restaurada há alguns anos. Existe ainda um desenho - publicado por Anselmo Bramcaamp Freire in «Brasões da Sala de Sintra» - e que revela o estado do edifício no final do séc. XIX, inícios do séc. XX».



SOLAR E TORRE DE RIBAFRIA  
(VARZEA - SINTRA)  
(1530 )

## APÉNDICE II

### TERMO DA MENAGEM DO CASTELO DE SINTRA PRESTADA PELO SEU ALCAIDE-MOR GASPAR GONÇALVES DE RIBAFRIA NOS REAIS PAÇOS DA RIBEIRA DE LISBOA NO ANO DE 1556

*(Biblioteca Nacional de Lisboa - «Livro de Termos de Menagem», cod. 8574, f. 9)*

«Aos xxII dias do mes de Mayo de MDLVI na Cidade de Lixboa nos Paços delRey nosso snor Gaspar gonsalves de Riba Fria fidalgo de sua casa fez mensagem a sua Alteza pelo castelo e fortaleza da vila de Sintra na forma seguinte.

M.to Alto e Muito poderoso Rey Dom Joham meu verdadeiro e natural Rey e Snr. Eu Gaspar Gonçalves de Riba Fria fidalgo de vossa casa vos faço preito e menagem pelo vosso castelo e fortaleza de Simtra de que ora Vosa Alteza me encarregua e daa carreguo que a tenha e guarde de Vos Receberey e acolherey no Alto e no baixo dela de noite e de dia e a quaes quer oras e tempos que seja yrado e paguado com muitos e poucos e vondovos em voso livre poder e dele farey guerra e manterey tregoa e paaz segundome per Vossa Alteza for mandado e nam entregarey a nenhuma Pessoa de qual quer grao dignidade e preheminencia que seja senam a Vos meu snor ou a vosso çerto Recado loguo sem delonga arthe nem cautela e a todo o tempo que qualquer pessoa me der Vossa Carta assignada per vos e aselada com o vosso selo ou sinete de Vossas armas per que me quitays este ditto preyto e menagem E se se acontecer deixar no ditto castelo alguma pesoa por Alcaide e guarda dele eu lhe tomarey este dicto preyto e menagem na forma e maneyra e com as clausulas condições e obrigações nele manteudas E eu por isso nom ficarey desobrigado deste ditto preito e menagem e das obrigações e causas que se nela com tem mas antes me obriguio que a pesoa que assy leixar no ditto castelo tenha mantenha guarde e cumpra todas estas causas e cada hua delas imteiramente E eu ditto Gaspar Gonçalves de Riba Fria faço preito e menagem nas mãos de Vossa Alteza que a de mim recebe huma duas e três vezes segumdo uso e custume destes vossos Regnos e vos prometo e me obriguio que cumpra e guarde este ditto preito e menagem e todas as clausulas condiçoys e obrigaçoys E todas as causas e cada hua delas em ela conteudas sem arte cautela de emgano nem minguameto alguu - Por firmeza delo Asigney aqui por minha mão e Testemunhas que aeste foram presentes - Manuel de Sampayo Camareyro do dito Snr. e do seo Conselho e Xpvão de MeIo seu porteiro mor e Thome de Sousa veador de sua casa E dõ Pº dabranches seu Mestre sala E eu Pº dalçaçova Carneiro do cõselho do dito Snr a soscrevy no dito dia mez anno e lugar acima ditos.

Pº Alçaçova Carnº - Gp. GIZ de Riba Fria - Thome de Sousa - Christovão de Mello - Manuel de S. Payo – dom Pº dabranches.»

*(Trata-se do documento original e contém bons autógrafos de todos os intervenientes. Note-se que o «Castelo de Sintra» era o próprio Paço da Vila e não o chamado Castelo dos Mouros.)*

APÊNDICE III  
CARTA DE ARMAS OUTORGADA PELO REI D. JOÃO III  
A GASPAR GONÇALVES DE RIBAFRIA EM 1541

(Arquivo da Torre do Tombo - Chanc. D. João III L. 34 f. 55)

«Dom Joham etc. A todos os que esta minha carta virem... seja sabido... que assy como deus por sua justiça e bomdade jmffenita aos que neste mumdo temporall bem e onestamente vivem dá no outro eterna gloria e gualardão jmmortal, asy he cousa justa y muy Razoada que hos Reys e primçipes que na terra seu lugar tem por seu exemplo aos que corporallmente cõ ffieldade e memoraves servjços virtuosamente os servem... agualardoem a elles e aos que delles desçemderem cõ houtros premyos e homras que desta mortalidade sejam jsemtos E portanto sedo eu em conhecimento de çerta sabedoria que gaspar Gonçalvez cavaleiro da ordem de noso senhor Ihesu Christo tem servido por muytos annos em muy bõs e comtynos serviços a ellRey meu senhor e padre que muita gloria aja, asy em sua pessoa Reall como em outros muitos serviços e muy neçesarios de sua casa e estado e asy despois a mym ateguora cõ toda lealdade e ffieldade e amor sempre comtyno de dia e de noyte cõ muytas vegylias e trabalhos, E asy me servjo sempre em outras cousas de muyta jmportancia e ordem de minha casa ffazendo sempre como home bõo e virtuoso que elle he y comsyrando eu no mereçimento de todos seus serviços, cujo gualardão não somente deve ser temporall mas merece ser cõ acreçentamento de homra assy elle Gaspar Gonçalvez e pelo amor que por suas vertudes e bomdades lhe tenho Eu de meu moto proprio e çerta çiencia com acordo e justo parecer dos do meu cõselho e de portuguall meu primçípall Rey darmas por Remuneração do dito Gaspar Gonçalvez gloria e homra dos que delle proçederem o traço por esta minha carta ffidalguo de cota darmas e de solar e asy aos que delle legytymamente procedere per linha direita pera sempre eo abilito pera jso e o remove do numero gerall e com to dos outros hõmes e o reduz e traguo ao comto e estyma e partycipação dos nobres ffidalguos de limpo e generoso samgre, E sobre iso porque a elle a e aos mereçimentos de seus bõos serviços seja cõ Resprendor satsyfeyto e os outros populares na virtuosa emveja da tall gloria se ernçemdão nese desejo cõ exercicio de semelhantes obras eu lhe dou por apelido que elle Gaspar Gonçalvez se chame de Ribaffria e os que delle deçemderem da feytura desta pera todo o sempre e que a sua torre e quimtãa e todo seu anexo que tem em Symtra que se chama Ribaffria E que seja solar e morguado delle e de sua geração pera sempre E pêra majs sua nobreza lhe dou por amor e aumento de nobreza la e synaes della pera elle e seus desçemdemtes pera todo o sempre te ellmo de nobreza e brazão e timbre e paquife na maneira seguymte, a saber, huu escudo de verde cõ ho pee daguoa e nelle os hua torre de prata lavrada de preto e o cuberto exaquetado douro e dazull emtre duas estrellas douro, ellmo de prata aberto guarnido douro paquife de prata e verde E por timbre su huu lyão pardo dazull cõ hua das estrelas na espadoa, o qual brasão darmas ellmo paquife e timbre o dito portuguall meu Rey darmas por meu expreso mādado ordenou e loguo Regystou em seu livro dos Regystos das armas dos ffidalguos cõ sua cota darmas que dos mesmos synaes lhe dou segurndo que em meo desta carta vesyvelmente por arte de pintura cõ cores e synaes he devysada e demonstrada cõ ho que quero e me praz que aja elle e todos seus desçemdemtes todos os privilegyos homra graças e merçes e jsenções e ffrarnquezas que hão e devem aver os ffidalguos nobres e de amtygua linhagem, o qual escudo armas e synaes posa trazer e traga ho dito gaspar gonçalvez de Riba ffria e todos seus desçemdemtes em todollos lugares de homra em que hos nobres e amtyguos ffidalguos sempre costumarão trazer em tempo das batalhas campos duellos Reptos e escramuças e desafios e eyxercitar cõ elles todos outros autos licytos de guerra e de paz e asy as posa trazer e seus ffirmas e anees e synetes e devisas e as poer em suas casas e edefiços e

leyxallas sobre sua propria sepultura e finalmente se servir e honrar e aproveitar dellas em todo e per todo como a auto e prerrogativa da nobreza convem E poreo mado ao dito Portugual meu Rey darmos que as tenha em boa e devida guarda... E mado a todos meus corregedores desembargadores juizes e justicas officiaes e pessoas a que esta minha carta for mostrada que e tudo lha cumprão e ffação cumprir e guardar... porque asy he minha merce E por lembrança e ffirmeza de todo lhe mado dar esta carta asynada per mym e asynada (*alias*, asellada) do meu selo de chumbo, dada em... Lixboa aos dezasseis dias de Setembro... de mjl quynhentos corenta e huu annos, Amtonio dolanda per meu espeçiall mado a fez.»

## NOTAS

- (1) João de Medeiros Correia, «*Panegírico de André de Albuquerque Ribafria, Alcaide-Mor de Sintra*», Lisboa, 1661.
- (2) Anselmo Braamcamp Freire, «*Brasões da Sala de Sintra*», vol I, pág. 498 e segs.
- (3) idem; cf. também os artigos de J. da Silva Marques no «*Jornal de Sintra*» n.º 232 a 235.
- (4) Conde de Sabugoza, «*O Paço de Sintra*».
- (5) Damião de Gois, «*Crónica de D. Manuel*», p. IV cap. 34.
- (6) «*Ditos portugueses dignos de memória*», manuscrito anónimo publicado por Hermano José Saraiva - Lisboa, 1980.
- (7) Teófilo Braga. «*Bernardim Ribeiro e o Bucolismo*».
- (8) Se bem que nada lhe diminua o valor da argumentação, equivoca-se Braamcamp: D. Catarina de Áustria limitara-se, nessa data, a prometer para o filho de Gaspar de Ribafria a alcaidaria que este já possuía desde 1556. Vejam-se as notas 16 e 24.
- (9) Braamcamp Freire. «*O Livro das Tenças d'EI-Rei*» in «*Arquivo Histórico Português*» T. 2 p. 126.
- (10) Ver o apêndice n.º I
- (11) Para as confirmações do Morgado de Ribafria veja-se no Arq. Nacional da T. T. a Chanc. de D. João III L. 34 f. 65.
- (12) Veja-se o texto integral no apêndice n.º III. O original está registado no Arquivo Nacional da T. T. na Chanc. D. João III L. 34 f. 55.
- (13) As armas iluminadas do «*Livro do Armeiro.-Mor*» estão reproduzidas na capa do presente estudo. Errou Teófilo Braga ao afirmar que estariam representadas no tecto da Sala dos Brasões do Paço de Sintra; esta foi erguida em 1510 e a carta d'armas é de 1541.
- (14) Arquivo Nacional T. T. Colecção Silva Marques - «*Convento da Penha-longa*» M. I n.º 62.
- (15) idem, Chanc. D. João III l. L. I f. 31 v.
- (16) O livro original do registo das homenagens do Ecrivão da Puridade existe ainda na secção de «*Reservados*» da Biblioteca Nacional –codice 8574 p. 155. Contém o citado juramento com um excelente autógrafo de Gaspar de Ribafria. Veja-se no Apêndice n.º II o texto completo da homenagem do alcaide.
- (17) Arquivo Nacional T. T. Chanc. D. João III L. 54 f. 20.
- (18) idem, Colecção S. Lourenço v. VI f. 80 Cf. também J. Silva Marques, «*Sintra e Sintrensens no Ultramar Português*».
- (19) Nobiliário de Felgueiras Gio tit. de «*Ribeiros*». Contém inexactidões.
- (20) Arquivo Nacional T. T., Chanc. D. Sebastião L. 9 f. 345 v.
- (21) O mss. 21 F. 15 p. 406, idem, dá-lhe mais uma filha, D. Veríssima Gonçalves de Ribafria, casada com o fidalgo castelhano D. Diego de Herédia, cavaleiro da O. de Cristo.
- (22) cf. nota 20.
- (23) cf. nota 30.
- (24) in José Pereira Bayão, «*Portugal Cuidadoso, e Lastimado, com a vida, e perda do Senhor Reg D. Sebastião*», Lisboa 1757, pago 30. Veja-se tb. pág. 636.
- (25) Veja-se «*Brasões da Sala de Sintra*», títulos de Albuquerque, Castros de 6 arrulas e Melos «in fine».
- (26) in Gastão de Melo de Matos, «*André de Albuquerque Ribafria*», nos «*Anais da Academia Portuguesa de História*», ciclo da Restauração de Portugal, vol. XII, Lisboa 1954. Veja-se também no Arq. Nacional, Genealogias Manuscritas -21 E 23 f. 5v.
- (27) cf. nota 24.

- (28) Apesar de bisneto de D. João de Castro não lhe herdou a casa, como afirma Melo de Matos, op. cit. pags. 22 e 23; tal viria a suceder, efectivamente nesta linha, mas só em 1681, extinta a geração directa do Vice-Rei. Veja-se nota 69.
- (29) Documento pertencente a um magnífico lote de documentos originais em papel e pergaminho, na posse do bibliófilo J. da Costa e Silva (Almarjão). A ele e ao Senhor Luís Stubbs Monteiro Bandeira, Visconde de Vila Nova de Gaia, agradecemos a amabilíssima permissão para o consultar. Daqui em diante este inédito e muito precioso fundo será indicado como «Lote Almarjão».
- (30) idem.
- (31) idem.
- (32) Arquivo Nacional T. T. Chanc. Filipe II L. 19 f. 106, doc. relativo a tença herdada pelo filho por morte do pai.
- (33) idem, habilitação «de genere» de D. Maria Tereza de Albuquerque, apensa ao processo de habilitação a Familiar do S. Ofício de seu marido Manuel de Saldanha de Távora (1686).
- (34) idem.
- (35) idem.
- (36) «Brasões da Sala de Sintra», tit. de «Silvas». Para o 1.º casamento com D. Maria Coutinho vejam-se as «*Relaciones Genealogicas*» de D. António de Alarcon. Sobre estes casamentos e D. Luiza Tibau veja-se tb o nobiliário de Rangel de Macedo na Bib Nacional, Col. Pombalina 346 pág. 260.
- (37) in Melo de Matos, op. cit. p. 24.
- (38) A carta de sucessão da alcaidaria mor está no A. N. T. T., Chan. Filipe III L. 23 f. 405 v; a do hábito de Cristo, in Melo de Matos, p. 24.
- (39) Melo de Matos, op. cito p. 24.
- (40) idem, p. 23. A primeira, D. Brites professou a mandado de D. João IV no dia de S. João de 1642 e morreu a 13 de Outubro de 1647; idem p. 23.
- (41) Arq. Nacional T. T., Livro Misto de S. Maria de Sintra, f. 19. No que respeita ao primeiro assento, esse D. Fernando persuado-me que fosse um seu parente, D. Fernando de Castro, frade dominicano, irmão do Bispo Inquisidor D. Francisco de Castro. Já D. Genevra é D. Genevra de Távora, 2.ª mulher do avô materno D. Pedro Lobo. O Conde de Odemira citado no 2.º assento era igualmente parente pelos Castros. Veja-se tb. Melo de Matos, p. 23.
- (42) «*Panegirico, etc.*»; cf. nota 1. Daqui serão extraídos a maior parte dos pormenores biográficos sobre André de Albuquerque.
- (43) cf. Melo de Matos, op. cit. p. 25.
- (44) idem.
- (45) A. N.T. T., Chan. de D. João IV L. 26 f. 15.
- (46) in Mello de Matos, op. cito p. 27.
- (47) A carta da alcaidaria, de juro e herdade, está no A. N. T. T. chanc. D. João IV L. 14 p. 296 v. A preciosa «*Carta da alcaidaria da fortaleza e Castelo de Sintra*» passada pela Regente D. Luiza de Gusmão, que transcreve documentos anteriores, pertence ao citado Lote Almarjão.
- (48) Mello de Matos, op. cit. na nota 26.
- (49) «*Diccionario de História de Portugal*», item «Ribafria».
- (50) Não é descabido fazer lembrar aqui que Melo de Matos (op. cit. p. 309) afasta definitivamente a velha tese que afirmava ser André de Albuquerque o autor de uma conhecida «*Rellaçam da Victoria de Arronches*». Propalada, porventura, por Barbosa Machado, seguida por Inocêncio, ainda em nossos dias foi acolhida por J. Silva Marques e Francisco Costa na sua «*Bibliografia Sintrense*».
- (51) Ambas in «*Panegirico, etc.*».
- (52) Veja-se Melo de Matos, p. 24.

- (53) Respectivamente: Melo de Matos, op. cit. p. 97; «*Livro das Portarias do Reino*», vol. I p. 434; Arq. Nacional T. T. Chan. D. João IV L. 26 f. 15; Carta da Comenda de S. Miguel no Lote Almarjão; «*Livro das Portarias*» V. II p. 21; e Carta da Comenda de Redinha no Lote Almarjão.
- (54) Publicado in «*Correio Elvense*» de 20-4-1897 e transcrito por José Alfredo da Costa Azevedo no «*Jomal de Sintra*» numa série de artigos, «*Velharias de Sintra-André de Albuquerque*», em 13,20 e 27 de Fevereiro e 6 de Março de 1981.
- (55) Mello de Matos, op. cit. p. 29.
- (56) idem.
- (57) idem. citado à pág. 290.
- (58) idem. p. 344.
- (59) idem. p. 343.
- (60) Respectivamente: carta de 3-7-1658 do Conde de Soure; alvará régio de casamento de 4-1-1664 (ambos pertencentes ao citado Lote Almarjão) e «*Portugal Antigo e Moderno*» de Pinho Leal, item «*Sintra*».
- (61) Para este e seguintes depoimentos d. nota 33.
- (62) in António Germano da Silva Correia, «*História da Colonização Portuguesa da Índia*». vol. IV pags. 441 e segs., e 467 e segs.
- (63) idem.
- (64) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, «*Documentos Remetidos da Índia*», L. 61 f. 533.
- (65) cf. Visconde de Lagôa, «*Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente*». item «*Abreus*» vol. I p. 135.
- (68) Mais pormenores genealógicos poderão ser colhidos nas «*Famílias de Portugal*» de Jacinto Leitão Manso de Lima, em tit. de Medeiros, B. N. L.
- (67) cf. nota 65.
- (68) cf. «*Contestação às allegações contra o título de Penamacôr*». Lisboa, 1845; atribuído a Barbosa Canaes.
- (69) Veja-se, do autor, «*O Bispo Inquisidor D. Francisco de Castro e a Capela dos Castros em S. Domingos de Benfica*». in «*Miscelânea Histórica de Portugal*», n.º 1, 1981.
- (70) cf. Sanches de Baêna, «*Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*», item «*Penamacôr*.»



COMPOSTO E IMPRESSO NA  
TIPOGRAFIA CARDIM. LDA.  
CASCAIS